



INFORMATIVO

Dinâmicas
Transfronteiriças
Brasil - Peru

Ano III - 4ª edição - agosto de 2015



Especial sobre a proposta
do Corredor Territorial
para povos isolados.

Realização:



Parceiros:



ASPIRH
Associação Povo
Indígena do Rio Humaitá

ACIH
Associação de Cultura
Indígena do Humaitá

OPIAC
Organização dos Professores
Indígenas do Acre

Apoio:



ARTICULAÇÃO
TRANSFRONTEIRIÇA PARA
PROTEÇÃO DOS
POVOS ISOLADOS

p.4

ÍNDIGENAS DO PERU
E ACRE DISCUTEM
PROPOSTA
DO CORREDOR

p.13

A GESTÃO
DOS TERRITÓRIOS
COMPARTILHADOS
COM ÍNDIOS ISOLADOS

p.5

Editorial

DEBATE E REFLEXÃO PARA A PROTEÇÃO DOS ÍNDIOS ISOLADOS

A criação e a manutenção de espaços públicos de articulação política e diálogo, que possibilitam a troca de experiências e informações, e a construção de propostas entre as organizações indígenas, as instituições governamentais e a sociedade civil, são fundamentais para influenciar as políticas públicas de proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato do Brasil e Peru.

Assim, a proposta de reconhecimento do Corredor Territorial de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato Pano, Aruak e outros, da "Plataforma de organizaciones indígenas para la protección de los pueblos en aislamiento y contacto inicial", do Peru, é uma iniciativa que vem potencializar a manutenção desses espaços de debate e reflexão criados há mais de 10 anos na fronteira Acre-Peru.

Nos últimos anos, as discussões sobre a gestão territorial e ambiental dos territórios indígenas ganharam força. Ao mesmo tempo, as comunidades se sentem cada vez mais ameaçadas pela presença de atividades extrativas e ilícitas em seus territórios, além das políticas de desenvolvimento econômico e de integração binacional que afetam os seus modos de vida.

Tais ameaças demonstram a necessidade de que os governos de Brasil e Peru reconheçam que esta grande área na região da fronteira é habitada e utilizada por uma diversidade de povos indígenas, grupos isolados e de recente contato, e que adotem medidas mais eficazes para garantir a sua sobrevivência física e cultural e a sua autodeterminação.

A proteção dos povos isolados e de recente contato depende de políticas públicas que considerem o indígena como sujeito de proteção e desenvolvimento de seus territórios, e que estejam em consonância com os marcos legais nacionais e convenções internacionais para a garantia dos direitos das populações indígenas e tradicionais. Na fronteira do Brasil com o Peru, suas estratégias e planos de ações também devem ter uma abordagem transfronteiriça.



SUMÁRIO

**A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS
COMPARTILHADOS COM ÍNDIOS ISOLADOS**
p.04

**ARTICULAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA
PARA PROTEÇÃO DOS POVOS ISOLADOS**
p.06

UM CORREDOR PARA POVOS INDÍGENAS
p.08

OS POVOS QUE HABITAM O CORREDOR
p.10

**INDÍGENAS DO PERU E ACRE DISCUTEM
PROPOSTA DE CORREDOR**
p.13

**PROPOSTA DE CORREDOR É DEBATIDA ENTRE OS
MANCHINERI**
p.17

**POVOS DO BREU DEBATEM
PROPOSTA SOBRE CORREDOR**
p.20

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Nietta Linderberg Monte
Renato Antonio Gavazzi
Vera Olinda Sena de Paiva

Realização

Programa de Políticas Públicas
e Articulação Regional

Levantamento e organização

Lucas Manchineri
Maria Emilia Coelho
Maria Luiza Pinedo Ochoa

Redação e edição

Maria Emilia Coelho

Revisão

Maria Luiza Pinedo Ochoa

Elaboração de mapas

Jose Frank de Melo Silva
Billyshelby Fequis

Fotografias

Acervo CPI-Acre

Design Gráfico

Marcela Chaar

Comissão Pró-Índio do Acre

Caixa Postal n. 61 CEP 69900 - 000 / Rio Branco - Acre
Endereço - Estrada Transacrea km 07 - Rio Branco - Acre - Brasil
E-mail - cpiacre@cpiacre.org.br
Tel - +55 68 99752325

A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS COMPARTILHADOS COM ÍNDIOS ISOLADOS

Os povos indígenas do Acre e suas organizações de representação, com o apoio da Comissão Pró Índio do Acre, desenvolvem planos de gestão ambiental e territorial para o manejo e a conservação dos recursos naturais dos seus territórios há mais de uma década. Estes planos consistem basicamente no mapeamento das suas áreas de uso, na identificação dos problemas que os afetam, e na tomada de decisões e acordos para o aproveitamento responsável dos recursos da floresta.

Neste contexto, surgem as primeiras discussões sobre as dinâmicas transfronteiriças que atingem os povos indígenas, e sobre a situação dos grupos isolados e de recente contato que vivem nesta fronteira. Nos últimos anos, um assunto muito debatido foi o aumento da presença de membros desses grupos em áreas cada vez mais próximas das aldeias e comunidades ribeirinhas que estão no entorno das terras indígenas.

O fato de que as populações das terras indígenas compartilham territórios com povos isolados tem gerado longas discussões sobre como lidar com essa situação que pode resultar em confronto e perda de propriedade. São cada vez mais frequentes as visitas e os saques dos



Moradores da TI Kaxinawá do Rio Humaitá produzindo o seu plano de gestão em 2013
Foto: CPI/AC

isolados nas aldeias. Na maioria dos casos, os isolados estão em busca de ferramentas como terçados e panelas.

Pensando em uma solução para essa questão, os moradores das Terras Indígenas Kaxinawá do Humaitá e Mamoadate mapearam os deslocamentos dos grupos isolados e acordaram não acessar nem utilizar os recursos naturais nessas áreas. Estes acordos foram feitos durante Oficinas de Informação e Sensibilização sobre os Povos Isolados, realizadas desde 2009 pela CPI-Acre, Frente de Proteção Etnoambiental Envira da FUNAI e do Governo do Estado do Acre.

Estas iniciativas dos povos Huni Kuĩ e Manchineri estão sendo difundidas em outras terras indígenas na área da fronteira com a expectativa de que sejam adotadas, evitando situações de risco para a vida dos povos indígenas, tanto dos grupos isolados, como das populações.

Hoje, os povos indígenas do Acre e seus parceiros não podem trabalhar os seus planos de gestão territorial e ambiental sem considerar a fronteira com o Peru e os povos isolados e de recente contato que compartilham com eles os seus territórios.



Indígenas Kaxinawá do rio Jordão durante as Oficinas de Informação e Sensibilização sobre Povos Isolados em 2010
Foto: CPI/AC

Depoimento de Jocemir Sabóia Kaxinawá, presidente da Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá (ASPIRH), sobre o trabalho dos Huni Kuĩ para proteção do grupo de índios isolados que vivem e se deslocam na sua terra indígena

A gente não chama mais os isolados de índios brabos não. Eles são os nossos parentes sem contato, chamamos de sheni pabu. Com o apoio da CPI-Acre a gente está colocando combustível e levando panela, terçado e machado para um ponto específico da terra indígena para tirar o impacto dos saques dos isolados nas aldeias. Eles estão chegando perto da gente e a gente perto deles. Com o nosso plano de gestão, algumas ideias começaram a sair. Agora queremos saber se vai ter dinheiro para continuar esse trabalho. Mas a gente colocou no nosso planejamento que temos que iniciar os trabalhos com a nossa própria iniciativa pois tem coisa que o governo faz mas tem coisa que é a gente que faz. Tem coisas que funcionam com dinheiro e tem coisas que funcionam sem dinheiro, na prática, a comunidade realiza.

A gente também decidiu trabalhar com a conscientização do ribeirinho sobre essa questão dos isolados. E pedimos a contribuição dos órgãos do governo e da CPI-Acre. Também encontramos preconceito, o ribeirinho acusando a gente de varar os rios Iboiaçu e o Muru para roubar suas casas. Mas minha intenção é reunir os ribeirinhos para conscientizá-los, falando que os impactos e as ameaças são para eles também. Pois o sonho deles é que nem o nosso, viver com a floresta, com a água boa, e ajudar a natureza. A gente está nessa batalha e vamos em frente. Estamos trabalhando com os índios isolados do Humaitá de forma direta e indireta, com dinheiro ou sem dinheiro, com ajuda ou sem ajuda. O índio é formado, mas é formado sem caneta, sem escrita, só no conhecimento. O branco é sabido na escrita, e índio se dá bem na floresta.



ARTICULAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PARA PROTEÇÃO DOS POVOS ISOLADOS

O debate sobre as dinâmicas da fronteira Brasil-Peru e sobre a situação dos povos indígenas isolados e de recente contato que vivem nessa região vem sendo promovidos pela Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre) a mais de 10 anos.

Em 2005, a CPI-Acre participou, com outras organizações da sociedade civil envolvidas na luta pelos direitos dos indígenas e agroextrativistas, da criação do Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá Brasil-Peru. Embora o grupo tenha sido criado para influenciar as políticas para a região do Juruá, anos depois teve sua atuação ampliada para a área compreendida entre o alto rio Juruá e o alto rio Acre. Desde então, o GTT (Grupo de Trabalho Transfronteiriço) realizou mais de 30 encontros, mobilizando inúmeras organizações indígenas e instituições governamentais de ambos os países.

Esses encontros vem garantindo espaço para a discussão de estratégias e ações comunitárias para os problemas e desafios socioambientais da fronteira. Através do intercâmbio de informações, da produção de documentos e dos acordos firmados entre as comunidades do Brasil e Peru, busca-se promover a conservação da floresta e sua biodiversidade e a garantia dos direitos das populações indígenas e tradicionais.



Indígenas do Peru e Brasil reunidos no Centro de Formação dos Povos da Floresta em Rio Branco
Foto: CPI/AC



Intercâmbio entre lideranças indígenas do Brasil e Peru na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do rio Breu
Foto: CPI/AC

As comunidades nativas do Peru e as terras indígenas do Acre estão cada vez mais ameaçadas por políticas que promovem a exploração dos recursos naturais, como madeira e petróleo, e projetos de infraestrutura, como a construção de estradas e ferrovias. Os indígenas exigem a presença dos órgãos governamentais para coibir a exploração ilegal madeireira e o narcotráfico em seus territórios. As atividades ilícitas estão causando mortes de índios isolados, segundo relatos de membros do povo isolado do Xinane, autodenominado Tsapanawa, que vêm mantendo contatos amistosos com os Ashaninka da aldeia Simpatia e com servidores da FUNAI desde junho de 2014.

Nos últimos anos, a preocupação com a situação vulnerável dos povos isolados tem sido bastante debatida nos encontros do GTT. Percebeu-se a necessidade de informação qualificada sobre esses povos e seus territórios, bem como de ações para a sua proteção através do diálogo e do estabelecimento de parcerias entre organizações indígenas e da sociedade civil e instituições governamentais.

As discussões deram origem ao Grupo Técnico de Trabalho para o Monitoramento Georreferenciado de Índios Isolados na região

Acre-Peru. Criado em abril de 2012, o grupo, que tem a participação de representantes dos dois países, realiza o mapeamento das evidências da presença dos isolados, o monitoramento das suas ameaças, o intercâmbio e nivelamento de informação georreferenciada e a análise dos problemas socioambientais da região.

Em dezembro de 2012, também foi criada a Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável (CTDS), uma das seis câmaras do Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Acre (NEDIFAC), do Plano Brasil Fronteira, do Ministério da Integração Nacional. As câmaras são espaços de debate temáticos entre sociedade civil e governos. Sua criação possibilitou a discussão sobre as questões socioambientais e indígenas em espaços binacionais oficiais. Mas hoje a CTDS precisa ser retomada pois sua última reunião aconteceu em 2013. Atualmente, o NEDIFAC está desarticulado.

Em 2012, também foi criado o Grupo Transfronteiriço da Amazônia Sul Ocidental (GTASO), como um espaço de cooperação entre instituições governamentais, não-governamentais e universidades de Brasil, Peru, Bolívia e Estados Unidos, para a troca de informações geográficas e elaboração de mapas temáticos sobre a região de fronteira Ucayali, Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). As informações produzidas pelo grupo estão subsidiando análises e



Intercâmbio entre lideranças indígenas do Brasil e Peru na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do rio Breu
Foto: CPI/AC

diagnósticos sobre as dinâmicas socioambientais e os projetos de integração de infraestrutura que afetam os territórios indígenas na região de fronteira.

Outros frutos dessa articulação transfronteiriça são as parcerias firmadas entre a CPI-Acre e a organização não-governamental peruana ProPurus, em outubro de 2013, e entre a organização indígena peruana Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD), em junho de 2014. Com a ProPrus, pretende-se trabalhar em conjunto no apoio aos povos indígenas na região Acre-Ucayali, e com a FENAMAD, a integração de dados geográficos para unificação de mapeamentos e análises das dinâmicas transfronteiriças sobre povos isolados na região Acre-Madre de Dios. O trabalho realizado entre a CPI-Acre e seus parceiros busca influenciar as políticas públicas na fronteira Brasil-Peru.

Em março de 2014, foi formalizado um memorando de entendimento entre a FUNAI e o Ministério da Cultura do Peru para promover atividades e trocas de experiências e capacidades técnicas para a garantia dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato que vivem na fronteira dos dois países. Um primeiro passo para aproximação entre as duas instituições governamentais que tocam a política indigenista. Mas também será um grande desafio, pois a efetividade dessa futura cooperação interinstitucional depende hoje de vontade política e da implementação de um plano de trabalho binacional para a proteção desses povos.

UM CORREDOR PARA POVOS INDÍGENAS

O “Corredor Territorial de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato Pano, Aruak e outros” é uma área de 8.890.000 hectares, localizada entre o estado brasileiro do Acre e os departamentos peruanos de Ucayali, Madre de Dios e Cusco, e habitada de maneira contínua por diversos povos indígenas isolados e de recente contato pertencentes a diferentes famílias linguísticas.

A proposta do seu reconhecimento visa o fortalecimento da articulação entre as organizações indígenas, os diferentes níveis dos governos (local, regional e nacional), e sociedade civil, tanto de Brasil como de Peru. Tem o objetivo de contribuir para a formulação e execução de políticas, estratégias e ações transfronteiriças para garantir a efetiva proteção da integridade física, territorial e sociocultural desses povos.

“É uma proposta que surge das organizações indígenas peruanas, depois de várias discussões em encontros em anos anteriores. Isso tem uma legitimidade muito grande”, explica a antropóloga peruana Beatriz Huertas, que realizou o estudo que fundamenta a proposta da “Plataforma de organizaciones indígenas para la protección de los pueblos en aislamiento y contacto inicial”, lançada em maio de 2015, no Peru.

A plataforma é formada pela Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP), Organización Regional de Pueblos

Indígenas del Oriente (ORPIO), Organización Regional AIDSESP-Ucayali (ORAU), Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD), Coordinadora Regional de Pueblos Indígenas AIDSESP Atalaya (CORPIAA) e Consejo Machiguenga del Río Urubamba (COMARU).

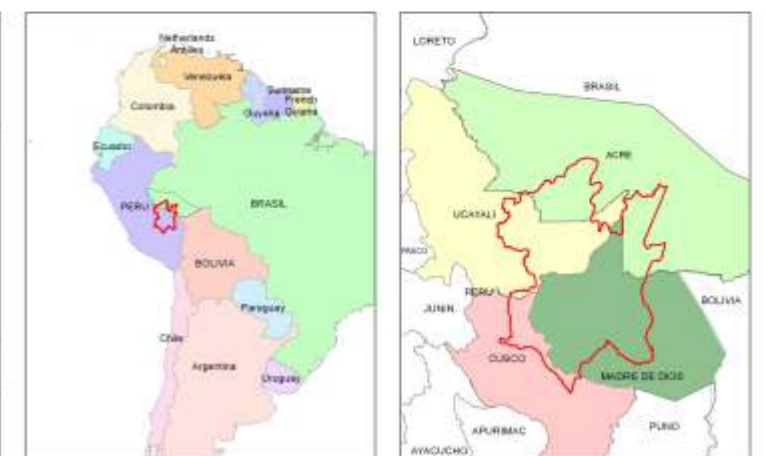
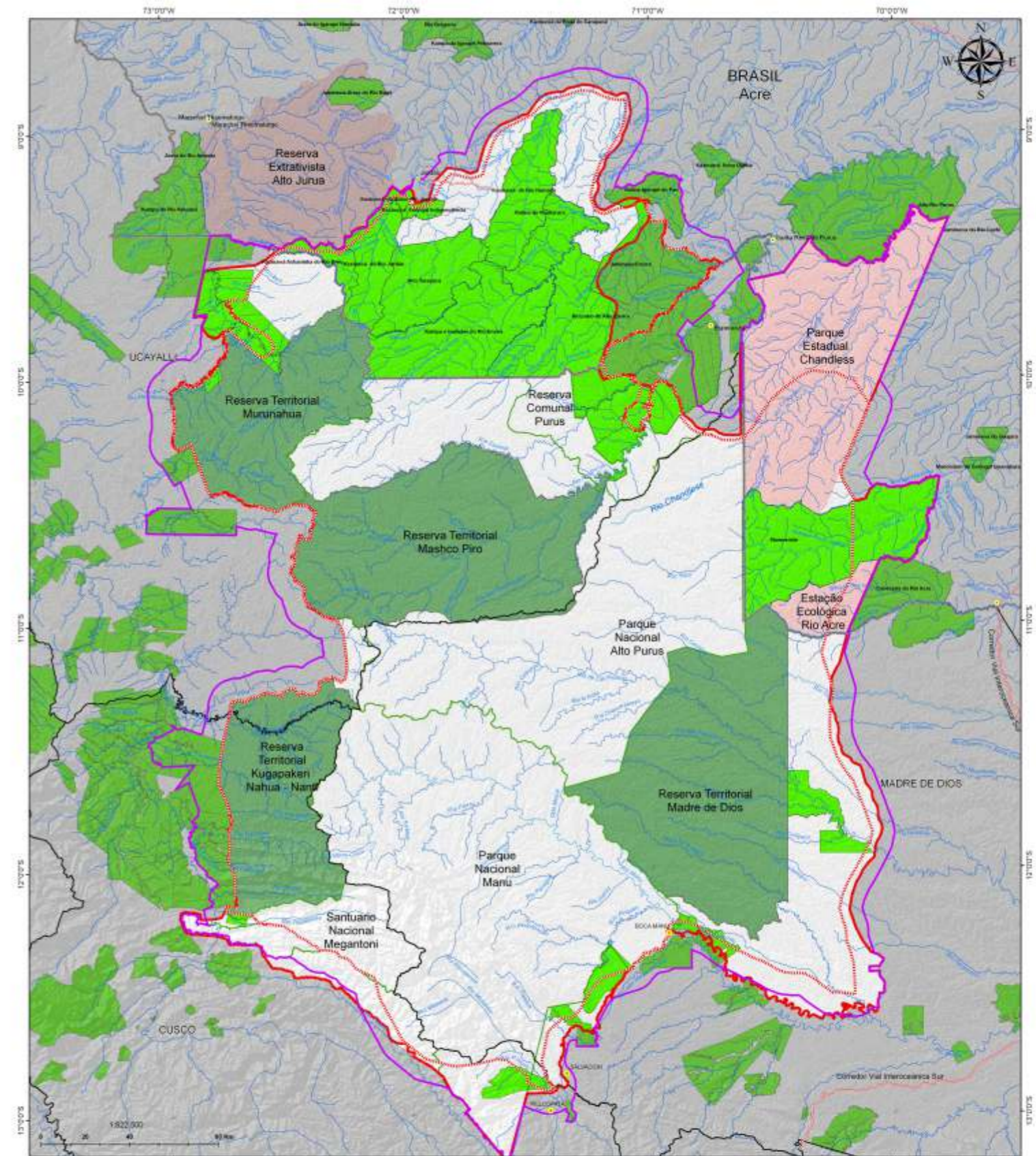
Henderson Rengifo, presidente da AIDSESP, afirma que a missão da plataforma é garantir a integridade dos povos isolados. “Temos que realizar reuniões periódicas em tempos estratégicos entre ambos os países. Devemos fazer análises sobre os impactos socioambientais dentro dos territórios dos povos isolados, e também produzir informações cartográficas para observar as principais ameaças”.

Lucas Manchineri, liderança do povo Manchineri, explica que os isolados devem ser protegidos porque estão sendo perseguidos. “A gente está fazendo essa luta e essa articulação para defender os direitos dos nossos parentes. Na nossa época, quando o homem branco veio massacrando a gente, não tinha ninguém para nos defender. Hoje, tem a gente para defender eles, para não acontecer o mesmo. Queremos o bem e a saúde deles porque são nossos parentes e têm o direito de viver e ter sua terra.”

A CPI-Acre contribuiu com informações para o estudo que fundamenta o estudo da proposta do Corredor. Esta iniciativa também conta com o apoio da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) e da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), da Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIWXTA), e das associações indígenas do Acre que representam povos que compartilham territórios com os grupos indígena isolados: Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá (ASPIRH), Associação Manchineri do Rio Iaco (MAPKHA), Associação Kaxinawá do Rio Breu (AKARIB) e Associação Ashaninka do Rio Breu (AARIB).



Indígena de recente contato do povo Tsadanawa no Acre
Foto: FUNAI



OS POVOS QUE HABITAM O CORREDOR

O Corredor Territorial de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato Pano, Aruak e outros é habitado por uma diversidade de povos indígenas isolados e de recente contato. No lado acreano do Corredor, há confirmação de quatro povos isolados distintos. Três deles são considerados agricultores, com suas malocas e roçados já localizados em inúmeros sobrevoos e incursões terrestres promovidos, desde 1987, pela Frente de Proteção Etnoambiental Envira, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), nas nascentes do rio Humaitá, afluente da margem direita do alto Muru, e nas cabeceiras dos igarapés Riozinho e Xinane, tributários de ambas as margens do alto Envira. Provavelmente, esse três povos sejam falantes de idiomas da família linguística Pano.

Desde fins de junho de 2014, uma parte expressiva do povo isolado do Xinane, autodenominado Tsapanawa, vem mantendo contatos amistosos com os Ashaninka da aldeia Simpatia e com servidores da FUNAI, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e do Governo do Estado do Acre. Como esse contato inicial continua ocorrendo há cerca de um ano, pode-se afirmar que os Tsapanawa são considerados hoje como de recente contato. Falam a mesma língua dos Jaminawa dos altos rios Iaco, Acre e Caeté.

Já um quarto povo isolado, conhecido como Mashco Piro, habita ambos os lados da fronteira Brasil-Peru. Falantes da mesma língua Aruaque dos Manchineri, seus diferentes grupos extensos adentram sazonalmente terras indígenas (Mamoadate e Kampa e Isolados do Rio Envira) e unidades de conservação (Estação Ecológica do Rio Acre e Parque Estadual do Rio Chandless) por rios binacionais, como o Acre, Iaco, Chandless e Envira.

No lado peruano do Corredor, os grupos isolados identificados são os Chitonahua e Mastanahua, da família linguística Pano, os Matsiguenka, da família linguística Aruak, e um grupo ainda não identificado chamado de Isolados das cabeceiras dos rios Mishagua, Manu e Las Piedras. Já os grupos indígenas de recente contato são: Chitonahua, Mastanahua e Yora, de língua Pano, e Matsigenka, de língua Aruak. O Corredor também é habitado por famílias Amahuaca em contato esporádico.

Os povos indígenas isolados e de recente contato também compartilham seus territórios com membros de povos indígenas de diferentes línguas e culturas e em contato permanente



Foto: Gleilson Miranda

com a sociedade envolvente. São eles: Ashéninka, Ashaninka, Matsiguenka, Yine/Manchineri, Jaminawa/Yaminahua, Kaxinawá/Huni Kuĩ, Amahuaca, Sharanahua, Madijá e Harakbut.

O Corredor é fonte de subsistência para as populações indígenas que o habitam, fornecendo diversos produtos da floresta e dos rios. Os deslocamentos dos grupos de isolados estão relacionados com o aproveitamento desses recursos naturais e são marcados pelas estações do ano. Na época de chuvas, os caminhos que os isolados percorrem se limitam as partes altas dos territórios, como as cabeceiras dos rios. Enquanto no verão, os varadouros se estendem pelos cursos médios e baixos dos rios, praias e floretas ribeirinhas.

Atualmente, os fluxos de deslocamentos desses grupos isolados também são influenciados pela pressão exercida por invasores em seus territórios. Há 10 anos, as rotas dos Mashco Piro se limitavam as áreas das cabeceiras do rio Iaco e do Igarapé Abismo, na Terra Indígena Mamoadate, no Acre. Hoje, os Manchineri relatam a presença desses isolados bem próximo da aldeia Extrema e do Igarapé Paulo Ramos.

O antropólogo Terri Aquino, assessor da CPI-Acre, explica que “as dinâmicas econômicas e transfronteiriças estão realmente batendo forte nessas populações isoladas. Elas não estão se aproximando porque estão achando bonito, estão fugindo de correrias de grupos que praticam atividade madeireira e narcotráfico na fronteira”.



Foto: Gleilson Miranda

INDÍGENAS DO PERU E ACRE DISCUTEM PROPOSTA DE CORREDOR

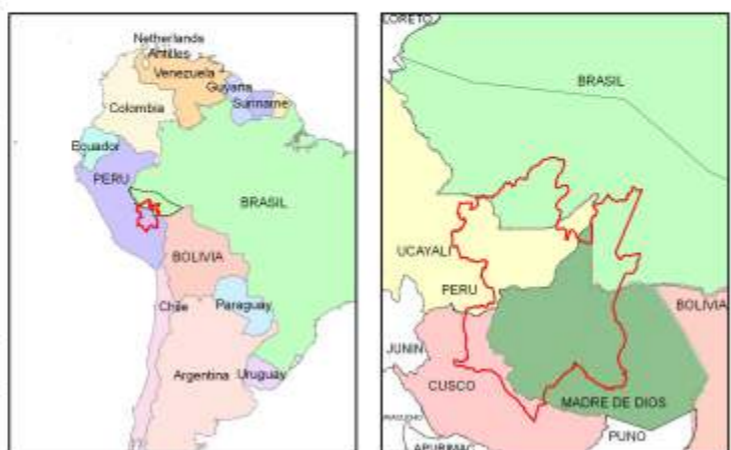
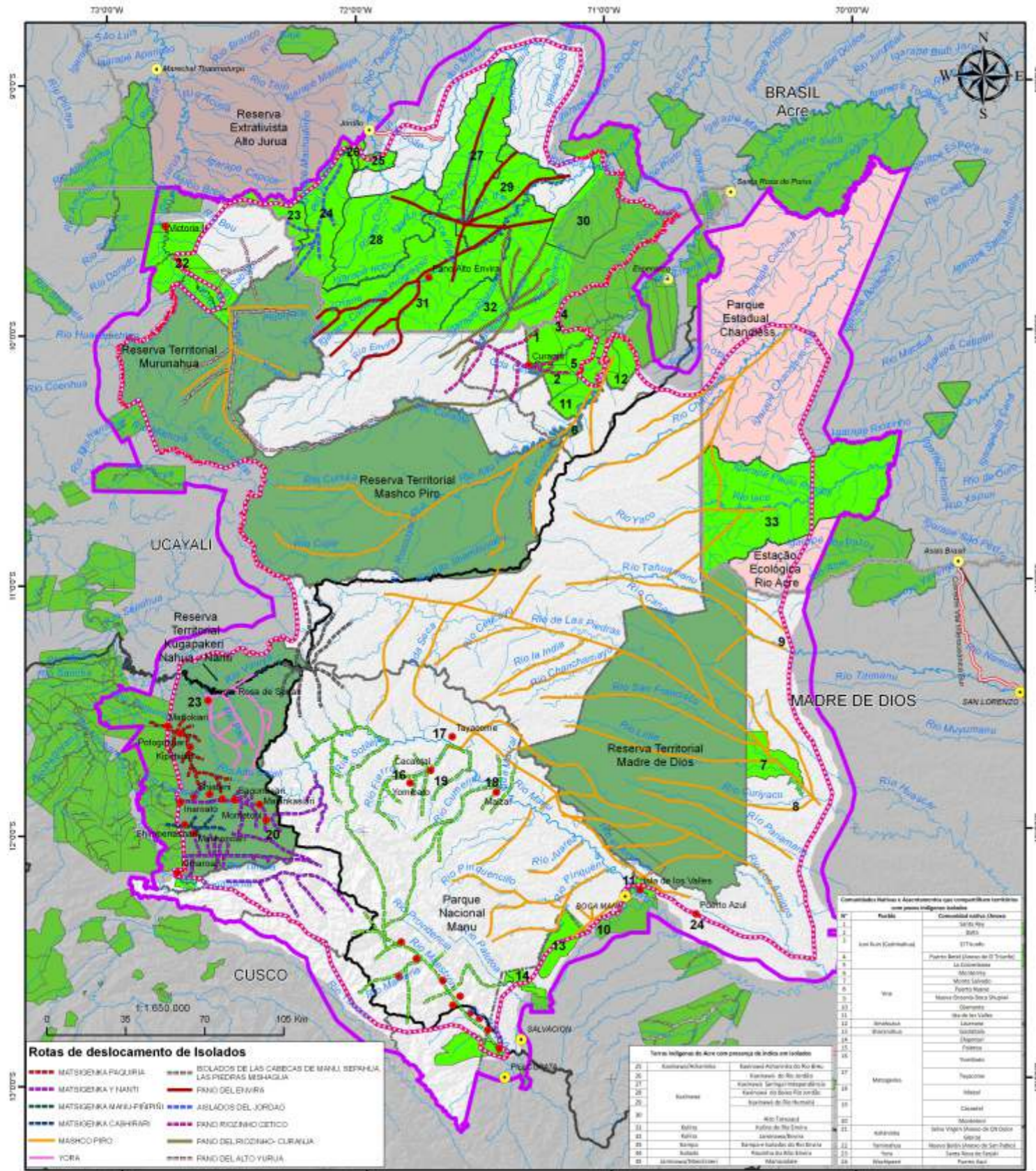
O Centro de Formação dos Povos da Floresta, em Rio Branco, sediou, entre os dias 3 e 6 de março de 2015, um encontro denominado Oficina com os Articuladores Indígenas. O evento teve o objetivo de apresentar a proposta do Corredor Teitorial de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato Pano, Aruak e outros para as lideranças indígenas do Acre e representantes de instituições de governo estaduais e federais do Brasil.

Os dirigentes da Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP), da Organización Regional de AIDSESP-Ucayali (ORAU) e da Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD), que integram a “Plataforma de organizaciones indígenas para la protección de los pueblos en aislamiento y contacto inicial”, explicaram a ideia da proposta. Representantes das organizações indígenas peruanas FAMAD, FECONAPU, ACONADIYSH e COINBAMAD também participaram do encontro. Ao todo, estavam

representados sete povos indígenas do Brasil e Peru: Achuar, Ashaninka, Harakbut, Kaxinawá/Huni Kuĩ, Manchineri, Matsigenka e Shipibo.

No evento, as lideranças indígenas do Acre, que estavam representando povos que compartilham territórios com grupos isolados, tiveram a oportunidade de debater com os indígenas peruanos sobre a situação de extrema vulnerabilidade desses povos que vivem cada vez mais ameaçados na fronteira. Eles também discutiram as relações entre as comunidades indígenas e os povos isolados e suas estratégias para a proteção dos seus territórios.

Jocemir Sabóia Kaxinawá, presidente da Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá (ASPIRH) explicou como os Huni Kuĩ estão contribuindo para a proteção dos isolados: “A gente vive com os parentes isolados compartilhando alimentação, terra, ar, água e caça, e sem ter contato com eles. Fizemos reuniões para saber como viver com



Organizações indígenas do Peru apresentam proposta de Corredor Foto: CPI/AC



Henderson Rengifo Hualinga, presidente de AIDSESP
Foto: CPI/AC

eles sem eles mexerem com a gente e a gente com eles. Fizemos pontos estratégicos, plantamos roçado, estamos doando terçado, panela, machado. Isso vai minimizar os impactos dos saques dos isolados nas nossas aldeias”.

José Eloy Paulino Kaxinawá, da Terra Indígena Kaxinawa do Rio Jordão, disse que na reunião possibilitou ele aprendeu mais sobre como lidar com os isolados. “Queremos que seja garantida a nossa proteção e a dos parentes isolados. Se o governo garantir recurso para nos reembolsar poderemos conscientizar nossa comunidade a não ir mais atrás dos nossos objetos roubados pelos isolados. Queremos mais diálogo com as instituições indígenas peruanas, intercâmbios nas comunidades peruanas e fazer vigilância nas cabeceiras dos rios”.

“A riqueza dessa reunião é a troca de experiências. Nós que moramos na fronteira com o Peru, estamos hoje ouvindo as comunidades peruanas. Mesmo com toda essa política, quem sente a pressão somos nós que estamos na floresta. Nós somos os pára-choques dos nossos parentes isolados”, completou Jocemir Sabóia sobre a importância do encontro.

Ao final, os indígenas de ambos os países redigiram uma declaração solicitando dos governos de Peru e Brasil a formulação e implementação de políticas regionais, nacionais e binacionais para garantir a proteção dos direitos territoriais e socioculturais dos povos isolados e de recente contato. “Deve-se reconhecer o caráter transfronteiriço desses povos e estabelecer estratégias e planos de ação para uma efetiva proteção integral do Corredor, envolvendo os Estados e a sociedade civil, especialmente, as organizações de povos indígenas”. Leia a seguir a declaração na íntegra.

Durante o evento, os representantes dos órgãos governamentais estaduais e federais do Brasil (Fundação Nacional do Índio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Governo do Estado do Acre) reconheceram a importância socioambiental do Corredor. Também foi discutida a necessidade da elaboração de reuniões para apresentação da proposta do Corredor nas aldeias e comunidades não-indígenas do entorno das terras indígenas, além do estabelecimento de uma agenda interinstitucional a ser trabalhada a médio e longo prazo para a sua difusão.

Rio Branco, 5 de março de 2015

DECLARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS FRONTEIRIÇAS DE PERU E ACRE

O Corredor Territorial de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato Pano, Aruak e Outros é uma extensa área na fronteira brasileira-peruana formada por territórios ancestrais de uma diversidade de povos indígenas pertencentes a diferentes famílias linguísticas. Com mais de 8 milhões de hectares, está localizado na região amazônica, entre os departamentos de Ucayali, Madre de Dios e Cusco, no Peru, e o Estado do Acre, no Brasil.

Os povos indígenas isolados identificados são os Chitonahua e Mastanahua, da família linguística Pano, e os Mashco Piro, Matsigenka da família linguística Aruak. Outros quatro grupos ainda não foram identificados e são denominados de acordo com a sua localização: Isolados do Humaitá, Isolados do Riozinho e Isolados das cabeceiras dos rios Mishagua, Manu e Las Piedras. Os povos de recente contato são: Sapanahua/Jaminawa, Chitonahua, Mastanahua e Yora, de língua Pano, e Matsigenka, de língua Aruak. Além disso, é habitado por famílias Amahuaca com contato esporádico. No Peru e Acre-Brasil, esses povos compartilham territórios com 10 povos indígenas: Ashéninka, Ashaninka, Matsigenka, Yine/Manchineri, Jaminawa/Yaminahua, Kaxinawá/Huni Kuin, Amahuaca, Sharanahua, Madija e Harakbut.

O Corredor Territorial é fonte de subsistência para os povos indígenas isolados e de recente contato, assim como para as populações indígenas que compartilham seus territórios. Fornece para os índios isolados diversos produtos da floresta e dos rios que necessitam para viver, através da caça, pesca, coleta e pequenas plantações.

A região onde está localizado o Corredor Territorial é uma das áreas de maior biodiversidade do planeta. Tanto no lado brasileiro, como no lado peruano da fronteira, estão localizadas importantes Áreas Naturais Protegidas, como Parques Nacionais, Reservas Territoriais para Povos Isolados, Terras Indígenas, Comunidades Nativas, além de diferentes tipos de Unidades de Conservação.

Seu território é compreendido por um mosaico de áreas de distintas categorias que implicam em diversos usos da terra e seus recursos. Também compreende uma bacia trinacional (Peru, Brasil e Bolívia) e oito bacias binacionais, concentrando nascentes de diversas bacias e sub-bacias no corredor. Exerce um papel importante na regulação do sistema hídrico a nível regional (Amazônico), mantendo assim qualidade e quantidade de água, recurso vital para as populações do Corredor e do seu entorno.

A problemática dos povos indígenas isolados e de recente contato gira em torno da adoção de políticas públicas que promovem a exploração dos recursos naturais (exploração madeireira, de hidrocarbonetos, etc.) e a implementação de projetos de infraestrutura (estradas, ferrovias, etc.) em seus territórios e em suas proximidades. Há também agentes externos que utilizam os seus territórios com fins ilícitos e com diferentes objetivos (econômico, religioso, midiático, de pesquisa, entre outros). Embora a pressão da sociedade civil e de organizações internacionais de defesa dos direitos humanos tenha levado à promulgação de leis e políticas públicas, a sua falta de implementação tem efeitos diretos em sua integridade física e sociocultural.

Dada a vulnerabilidade e as ameaças que afetam os povos do Corredor Territorial é necessário o envolvimento de atores estatais e da sociedade civil para a formulação de diretrizes e estratégias de proteção, inclusive, transfronteiriças. Essas ações devem ter uma abordagem baseada no respeito pelos seus direitos fundamentais e, o respeito à vida, à saúde, ao território e à autodeterminação, em consonância com os marcos legais nacionais e convenções internacionais de proteção de direitos dos povos indígenas.

Solicitamos às autoridades governamentais de Peru e Brasil, o reconhecimento da existência do Corredor Territorial de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato Pano, Aruak e Outros, a formulação e implementação de políticas regionais, nacionais e binacionais para garantir a proteção dos direitos territoriais e socioculturais dos povos em isolamento e contato inicial. Deve-se reconhecer o caráter transfronteiriço desses povos e estabelecer estratégias e planos de ação para uma efetiva proteção integral do Corredor, envolvendo os Estados e a sociedade civil, especialmente, as organizações de povos indígenas.

A proposta do seu reconhecimento é uma iniciativa dos representantes da Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP), da Organización Regional de Pueblos Indígenas del Oriente (ORPIO), da Organización Regional AIDSESP-Ucayali (ORAU), da Federación Nativa del río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD), da Coordinadora Regional de Pueblos Indígenas AIDSESP Atalaya (CORPIAA), e do Consejo Machiguenga del Río Urubamba (COMARU), que integram a “Plataforma de organizaciones indígenas para la protección de los pueblos en aislamiento y contacto inicial”, do Peru. A proposta conta com o apoio da Comissão Pró-Índio do Acre, da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), da Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIWTXA), e das associações indígenas do Acre que representam povos indígenas que compartilham territórios com povos isolados: Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá (ASPIRH), Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ), Associação Manchineri do Rio Iaco (MAPKHA), Associação Kaxinawa do Rio Breu (AKARIB) e Associação Ashaninka do Rio Breu (AARIB).



Lideranças Indígenas do Brasil e Peru e representantes de órgãos do Governo, reunidos no final do encontro
Foto: CPI/AC

PROPOSTA DE CORREDOR É DEBATIDA ENTRE OS MANCHINERI

O povo Manchineri e a Comissão Pró-Índio do Acre realizaram, entre os dias 14 e 17 de abril de 2015, uma oficina para promover o debate sobre a proposta de reconhecimento do Corredor Territorial de Povos Indígenas Isolados e de recente contato Pano, Aruak e outros.

Durante a oficina, coordenada por Lucas Manchineri, foi realizada uma exposição de mapas para ajudar no esclarecimento sobre a área de abrangência do Corredor. Os mapas também auxiliaram os participantes a identificar os seus territórios vizinhos e as ameaças que estão no entorno da terra indígena.

“Estamos cercados de perigos. As terras indígenas que estão na fronteira com o Peru estão ameaçadas pelos madeireiros, pelo tráfico de drogas e pela exploração de petróleo. Os empreendimentos econômicos vão prejudicar os rios, as florestas e os animais que ainda vivem em abundância no nosso território”, explicou Lucas Manchineri.

No debate, foi discutido a ideia do Corredor Territorial e como esta proposta servirá para eles fortalecerem a sua política comunitária. “Estamos comprometidos com a responsabilidade de cuidar do nosso território que compartilhamos com os isolados. Vamos desenvolver um plano de trabalho para fazer o monitoramento e a vigilância da Terra Indígena Mamoadate na forma tradicional do povo Manchineri”, completou Lucas.

Lázaro Manchineri, morador da aldeia Extrema, falou que os índios isolados se sentem protegidos quando estão na terra indígena: “Não somos como os madeireiros, narcotraficantes e petroleiros que estão atacando eles diretamente. Nós estamos

protegendo os parentes isolados há muito tempo. Os governos estadual e federal devem reconhecer este trabalho”. Ele acredita que a discussão do Corredor vai trazer esse reconhecimento. “Queremos mais parceria, mais oficinas e mais encontros sobre os direitos indígenas e os meios de defesa dos nossos territórios”.

José Sebastião Manchineri falou que sozinhos eles não conseguiriam enfrentar os problemas, e contou o que sabe sobre um projeto de manejo madeireiro que construirá um ramal para escoamento de madeira, saindo do Poço do Bambu, entre as aldeias Peri e Jatobá, do outro



Indígenas Manchineri observam mapas com proposta do corredor
Foto: CPI/AC

lado do rio, e em frente à terra indígena. “Esses empreendimentos trazem muitos problemas como o alcoolismo, a prostituição e a intriga, que vem com o dinheiro, além da pressão sobre os recursos naturais imprescindíveis para o viver bem dos indígenas da região”.

Ao final da oficina, foi elaborado um documento onde os Manchineri expressam suas aspirações e necessidades. Lucas Manchineri concluiu que a oficina serviu para eles pensarem a melhor forma de fazer a proteção dos povos isolados que estão em situação de extrema vulnerabilidade na fronteira Brasil-Peru. “Hoje nós fazemos articulação política para a defesa dos Manxineru Hoshá Hajene, como chamamos os nossos parentes isolados”.

Documento final da oficina de validação da proposta do Corredor Territorial de povos indígenas isolados e de recente contato Pano, Aruak e outros

Aldeia Extrema, Terra Indígena Mamoadate, 17 de abril de 2015

Nós, líderes, professores, agentes de saúde, agentes agroflorestais, agentes de saneamento e os representantes do povo Manxineru, nos reunidos entre os dias 14 e 17 de abril de 2015, para conhecer e discutir a proposta do Corredor Territorial de povos indígenas isolados e de recente contato Pano, Aruak e outros. Depois de compreender e discutir a proposta, seus desafios e oportunidades, redigimos este documento, onde expressamos as aspirações e as necessidades percebidas como condicionantes para que a proposta se efetive e dê bons frutos.

Em primeiro lugar, os representantes Manxineru apoiam a proposta de reconhecimento do Corredor Territorial, compreendendo-o como espaço de articulação política para o fortalecimento do trabalho de proteção dos povos indígenas em isolamento voluntário (Yine Hoshá Hajeru, como o povo Manxineru chama os parentes Isolados) e dos territórios nos quais eles vivem. Entendemos também que a proposta deve servir a luta pelos direitos conquistados e que constam nas legislações nacionais e internacionais (principalmente na Constituição Federal do Brasil de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho).

Neste sentido, o Corredor deve promover parcerias mais concretas entre o povo Manxineru e instituições governamentais como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Secretária do Meio Ambiente do Acre (SEMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como as organizações não governamentais do Brasil e do Peru, como a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), a Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD) e a Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP). Além disso, o governo estadual do Acre e o governo brasileiro devem reconhecer e, assim, apoiar mais intensamente o trabalho que os Manxineru já fazem há muito tempo na proteção da Terra indígena Mamoadate e dos grupos indígenas isolados que transitam por este território e suas proximidades.

Os Manxineru pedem a realização de reuniões e oficinas nas aldeias para que possamos discutir, articular e qualificar o nosso trabalho. Também são necessários intercâmbios e encontros para a troca de experiências entre os Yine/Manxineru que trabalham na proteção dos povos isolados no lado peruano e os Manxineru, no Brasil. Queremos conhecer mais de perto a experiência dos parentes que já estabeleceram relação direta com os indígenas isolados.

Percebemos como necessário também o provimento de equipamentos e materiais que possibilitem na prática a realização do trabalho de proteção do território que compartilhamos com os índios isolados. Assim, gostaríamos de solicitar da FUNAI e das instituições que propõem o reconhecimento do Corredor a compra e a doação de materiais e ferramentas (terçados, botas, botes com motor, aparelho de GPS, câmera de foto e vídeo, entre outros), que são equipamentos básicos para as ações de vigilância do nosso território, e as condições necessárias para a realização deste trabalho.

A FUNAI, pedimos a criação da base para a vigilância e proteção dos povos isolados, equipada com rádio para a comunicação. Pedimos também que a SESAI crie, com a nossa participação, um plano para atendimento emergencial no caso de contato com os índios isolados.

Observamos que esta não é a primeira vez que expressamos as necessidades para a realização desse trabalho. Já participamos de reuniões com representantes da FUNAI nas quais planos de ação foram traçados, mas que não foram realizados. É necessário apoio para que possamos fazer a reavivação dos limites da nossa terra indígena, pois já não sabemos mais como estão estes limites, se estão acontecendo invasões ou outras ameaças na nossa terra.

Queremos que a FUNAI inclua efetivamente os Manxineru no planejamento de suas ações, pois somos nós que

Queremos que a FUNAI inclua efetivamente os Manxineru no planejamento de suas ações, pois somos nós que zelamos pela integridade de nosso território e, assim, pelo bem-estar dos povos em isolamento voluntário que vivem nele.

Por fim, expressamos a nossa preocupação com a implementação de um projeto de manejo madeireiro nas proximidades da nossa terra. Os órgãos governamentais responsáveis pelo licenciamento de tais empreendimentos devem fazer cumprir as exigências de compensação ambiental e a legislação para a proteção da floresta. Nos preocupa também a construção de um ramal para o escoamento da madeira que vai passar em frente a terra indígena, no Poço do Bambu, próximos as aldeias Manxineru Peri e Jatobá. Seguramente, esse ramal vai promover a entrada de invasores em nosso território. Repudiamos também a construção da estrada Puerto Esperanza a Iñapari, no lado peruano da fronteira, que com certeza trará ameaça aos povos indígenas isolados, aumentando a pressão sobre a nossa terra indígena.

Esperamos assim, com a proposta de reconhecimento do Corredor Territorial de povos indígenas isolados e de recente contato Pano, Aruak e outros, fortalecer e intensificar o trabalho de proteção dos territórios indígenas Manxineru e Jaminawa que compartilhamos com indígenas isolados.



Na aldeia extrema do Povo Manxineru na terra indígena Mamoadate
Foto: CPI/AC

POVOS DO BREU DEBATEM PROPOSTA SOBRE CORREDOR



Kaxinawa apresenta proposta de Corredor
Foto: CPI/AC

Indígenas dos povos Kaxinawá, Ashaninka, do Brasil, e Yanesha, do Peru, que vivem no Rio Breu discutiram sobre a proposta de Corredor Territorial de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato Pano, Aruak e outros. O debate aconteceu durante o seminário A gestão territorial e ambiental das terras indígenas na faixa de fronteira e o I Intercâmbio de sementes tradicionais do Alto Juruá, que aconteceram entre os dias 9 e 15 de abril de 2015, na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, em Marechal Thaumaturgo.

Nos eventos promovidos pela Comissão Pró-Índio do Acre, em parceria com a Associação Kaxinawá do Rio Breu (AKARIB), a Associação Ashaninka do Rio Breu (AARIB) e a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAIAIC), e com o apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), reuniram-se 100 participantes de diversas terras indígenas do Acre, incluindo os

Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) da TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu e de outras terras indígenas.

A manhã do dia 12 foi reservada para as discussões sobre os assuntos relacionados a fronteira brasileira-peruana. Representantes do povo Yanesha, que vivem na Comunidade Nativa Coshireni, na margem oposta do Rio Breu, no Peru, foi convidada a participar do debate. O encontro entre as comunidades indígenas vizinhas dos dois países foi oportuno, considerando o histórico de conflitos e acordos relacionados ao uso da terra e dos recursos naturais da região.

Em 2012, como resultado de um encontro realizado na TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, foi lançada a “Declaração em defesa da gestão territorial e ambiental e do direito de consulta livre, prévia e informada na Fronteira”, documento que traz os acordos entre

a aldeia Vida Nova e a comunidade Coshireni para o uso dos recursos naturais e a vigilância dos seus territórios.

No início do debate, indígenas peruanos e brasileiros colocaram a necessidade da construção de um novo acordo de convivência a ser definido em uma futura reunião no próximo semestre. Depois, o Agente Agroflorestal Indígena Aldemir Luiz Kaxinawá, da aldeia São José, foi convidado a fazer uma apresentação sobre a conjuntura atual na região da fronteira Brasil-Peru e a ideia de Corredor para povos isolados, proposta pelas organizações indígenas peruanas.

Aldemir explicou que, ao participar da Oficina com os articuladores indígenas, em março deste ano, no Centro de Formação Povos da Floresta, em Rio Branco, ele entendeu melhor o fluxo migratório dos índios isolados na fronteira e a pressão que estes grupos sofrem devido à exploração ilegal dos recursos naturais,

principalmente, no território peruano: “Por conta da exploração de madeira e petróleo no Peru cada vez mais os parentes isolados vem chegando até aqui, nos rios Humaitá e Envira. Eles estão chegando mais próximos das nossas aldeias”.

A liderança da aldeia São José também contou que foi feito um acordo de cooperação entre a CPI-Acre e a organização indígena peruana FENAMAD para o monitoramento da presença e dos vestígios dos índios isolados na fronteira Acre-Madre de Deus, e para a formulação de mapas transfronteiriços que mostram as ameaças e invasões nos seus territórios. “Nós, indígenas do Acre, trabalhamos com o tema dos isolados dentro dos nossos planos de gestão. Agora, juntando a gente do Peru, podemos convencer os governos peruano e brasileiro a liberar essa área para nós e os parentes isolados. Podemos conquistar toda essa área para a conservação”, completou.



Intercâmbio na terra indígena Kaxinawá/Ashaninka no Rio Breu em 2012
Foto: CPI/AC